



02 DE JULHO DE 2015

Quinta-feira

- PRODUÇÃO INDUSTRIAL SOBE APÓS 3 MESES DE RESULTADOS NEGATIVOS SEGUIDOS
- BRASIL TEM MELHOR SUPERÁVIT COMERCIAL PARA JUNHO EM SEIS ANOS
- CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA ENCOLHE 2,2% EM MAIO ANTE MAIO DE 2014
- ENERGIA SUBSIDIADA PARA A INDÚSTRIA ELETRO-INTENSIVA
- METALÚRGICOS DA GM DEFINEM PLR EM SÃO JOSÉ
- DELPHI CONCLUI VENDA DA DIVISÃO DE SISTEMAS TÉRMICOS À MAHLE
- RENAULT ENTREGA MAIS DE 5,1 MIL VEÍCULOS PARA BRF
- REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL AVANÇA NA CÂMARA APÓS MANOBRA
- JAPÃO ACIONA OMC CONTRA INCENTIVOS FISCAIS DO BRASIL
- CONCESSÕES PODEM TER MENOS DINHEIRO DO BNDES
- USIMINAS PLANEJA RETOMAR VENDA DE ATIVOS
- CONFIANÇA DOS PEQUENOS E MÉDIOS EMPRESÁRIOS NUNCA ESTEVE TÃO BAIXA
- BALANÇA COMERCIAL REAGE E FECHA 1.º SEMESTRE NO AZUL
- MONTADORAS TÊM O PIOR SEMESTRE DESDE 2007
- CARGA TRIBUTÁRIA NÃO SE REFLETE EM BENEFÍCIOS PARA A SOCIEDADE
- FUSÕES NO BRASIL DECEPCIONAM ATÉ JUNHO, MAS DEVEM GANHAR FÔLEGO NO 2º SEMESTRE
- NÃO VÁ
- BANCO CENTRAL TRABALHA PARA MANTER INFLAÇÃO NA META ALÉM DE 2016, DIZ TOMBINI
- ALSTOM ASSINA CONTRATO COM ELETROSUL PARA INTEGRAR PARQUES EÓLICOS NO SUL DO BRASIL

- COMISSÃO ESPECIAL APROVA MUDANÇAS NAS REGRAS DO SUPERSIMPLES
- PORSCHE COMPRA DIVISÃO DE FERRAMENTARIA DA KUKA
- METALÚRGICOS PARALISAM PRODUÇÃO NA MITSUBISHI
- CRISE SE AGRAVA NO SETOR MINEIRO DE FUNDIÇÃO
- CAPITAL ECONOMICS DIZ QUE SE PREPARA PARA QUEDA ABAIXO DE US\$40 NO MINÉRIO DE FERRO
- MÁ NOTÍCIA PARA VALE: MINÉRIO DESABA 6% COM DECLARAÇÕES DO CEO DA RIO TINTO
- IMPORTAÇÕES CHINESAS DE CARVÃO CAEM 68% EM MAIO. PREÇOS PODEM FECHAR A MAIORIA DAS MINAS

CÂMBIO EM 02/07/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,132	3,133
Euro	3,475	3,476

Fonte: BACEN

Produção industrial sobe após 3 meses de resultados negativos seguidos

02/07/2015 - Fonte: R7



A produção industrial brasileira voltou a ter um resultado positivo em maio deste ano, com avanço de 0,6% em relação a abril deste ano, na série livre de influências sazonais, interrompendo três meses de resultados negativos consecutivos, período em que acumulou perda de 3,2%.

Já na comparação de maio deste ano com o mesmo mês do ano passado, o total da indústria apontou queda de 8,8%, 15ª taxa negativa consecutiva, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) divulgados nesta quinta-feira (2).

Assim, o setor industrial acumulou redução de 6,9% nos cinco primeiros meses de 2015.

A taxa anualizada, indicador acumulado nos últimos 12 meses, com o recuo de 5,3% em maio de 2015, manteve a trajetória descendente iniciada em março de 2014 (2,1%) e assinalou o resultado negativo mais intenso desde dezembro de 2009 (-7,1%).

Setor

O avanço de 0,6% da atividade industrial na passagem de abril para maio mostrou taxas positivas em duas das quatro grandes categorias econômicas e em 14 dos 24 ramos pesquisados.

Entre os setores, as principais influências positivas foram registradas por outros equipamentos de transporte (8,9%), coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (1,1%) e perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza (1,9%).

Outras contribuições positivas vieram das atividades de bebidas (2,7%), produtos farmoquímicos e farmacêuticos (3,6%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (3,4%), produtos diversos (6,2%), produtos de madeira (4,9%) e celulose, papel e produtos de papel (1,7%).

Por outro lado, entre os dez ramos que reduziram a produção nesse mês, os desempenhos de maior importância foram assinalados por produtos alimentícios (-1,9%), máquinas e equipamentos (-3,8%) e produtos têxteis (-6,5%).

Vale citar também os impactos negativos assinalados por indústrias extrativas (-0,5%), produtos de metal (-2,1%), veículos automotores, reboques e carrocerias (-0,5%) e produtos de borracha e de material plástico (-1,2%).

Comparação anual

Na comparação com igual mês do ano anterior, o setor industrial mostrou queda de 8,8% em maio de 2015, com perfil disseminado de resultados negativos, alcançando as quatro grandes categorias econômicas, 23 dos 26 ramos, 64 dos 79 grupos e 72,4% dos 805 produtos pesquisados.

Vale citar que maio de 2015 (20 dias) teve um dia útil a menos do que igual mês do ano anterior (21). Entre as atividades, a de veículos automotores, reboques e carrocerias (-25,5%) exerceu a maior influência negativa na formação da média da indústria.

Outras contribuições negativas relevantes vieram de produtos alimentícios (-8,7%), máquinas e equipamentos (-20,8%), equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-32,4%), produtos de metal (-14,3%), metalurgia (-8,0%), produtos farmoquímicos e farmacêuticos (-16,4%), produtos de borracha e de material plástico (-10,0%), bebidas (-10,9%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-11,7%), produtos têxteis (-17,3%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (-11,9%), produtos de minerais não-metálicos (-6,9%) e outros produtos químicos (-4,4%).

Por outro lado, entre as três atividades que aumentaram a produção, o principal impacto foi observado em indústrias extrativas (7,7%), impulsionado, em grande parte, pelos avanços nos itens minérios de ferro pelletizados e em bruto e óleos brutos de petróleo.

Ainda na comparação com maio de 2014, bens de capital (-26,3%) e bens de consumo duráveis (-17,8%) assinalaram as reduções mais acentuadas entre as grandes categorias econômicas. Os setores produtores de bens de consumo semi e não-duráveis (-10,4%) e de bens intermediários (-4,9%) também apontaram resultados negativos.

Brasil tem melhor superávit comercial para junho em seis anos

02/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A balança comercial brasileira teve superávit de US\$ 4,527 bilhões em junho, acumulando no ano saldo positivo de US\$ 2,222 bilhões, novamente sob influência da queda nas importações superior à observada nas exportações.

O resultado de junho foi o quarto superávit consecutivo mensal do país e a melhor marca para o mês desde 2009, quando o saldo foi positivo em US\$ 4,6 bilhões.

As exportações somaram US\$ 19,628 bilhões de dólares no mês passado, queda de 8,7% sobre um ano antes pela média diária, impactadas pela diminuição no preço de importantes commodities da pauta brasileira. Já as importações somaram US\$ 15,101 bilhões no período, com recuo de 20,6% pela média diária das operações.

A tendência já vinha sendo vista nos meses anteriores, com a fraqueza da economia e o aumento do dólar impactando o apetite pelos produtos importados no país.

Com isso, o resultado no acumulado do primeiro semestre do ano ficou positivo em 2,222 bilhões de dólares, sendo que até maio ele estava deficitário em 2,305 bilhões de dólares. O resultado da primeira metade do ano também superou déficit de US\$ 2,5 bilhões de igual período de 2014.

Nos seis primeiros meses deste ano, as exportações alcançaram US\$ 94,329 bilhões, queda de 14,7% ante igual etapa do ano passado pela média diária. Ao mesmo tempo, as importações atingiram US\$ 92,107 bilhões, declínio anual de 18,5%, também pela média diária das operações.

Desempenho mensal

Em junho, as exportações de produtos básicos sofreram queda de 16,4% em comparação ao mesmo mês de 2014, com destaque para o declínio do minério de ferro, farelo de soja e petróleo em bruto.

A categoria de semimanufaturados também mostrou recuo de 8,4% no mês sobre um ano antes, enquanto as vendas de manufaturados, por outro lado, cresceram 4,1%, ajudadas pelo embarque de plataforma para extração de petróleo de US\$ 690 milhões.

Já as importações foram afetadas pela menor compra de bens de capital (-21,5%), matérias-primas e intermediários (-13,7%) e bens de consumo (-13,7%).

Apesar da balança comercial do Brasil seguir bastante afetada pela queda nos preços de commodities agrícolas e minerais, o ministro do Desenvolvimento, Armando Monteiro, já havia projetado em meados de junho que ela fecharia o ano com superávit de US\$ 5 bilhões a US\$ 8 bilhões, beneficiada, entre outros fatores, pelo dólar mais caro, que torna os produtos brasileiros mais competitivos no exterior.

No primeiro semestre do ano, a moeda norte-americana acumulou valorização de quase 17%. Mas, no segundo trimestre, marcou desvalorização de 2,57%.

Economistas de instituições financeiras projetam superávit de US\$ 4 bilhões para a balança comercial no ano, segundo estimativas mais recentes da pesquisa Focus do Banco Central, que ouve semanalmente uma centena de economistas.

Consumo de energia elétrica encolhe 2,2% em maio ante maio de 2014

02/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O consumo de energia elétrica no Brasil voltou a cair em maio, após apresentar leve recuperação em abril. O indicador, divulgado nesta quarta-feira (1º), pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), encolheu 2,2% em relação a maio do ano passado, influenciado negativamente por uma queda de 4,2% no consumo industrial.

O consumo apresentou queda em três dos cinco primeiros meses do ano: fevereiro (-2,2%), março (-0,9%) e maio. Em abril, o indicador havia crescido 0,3%. Com isso, no acumulado do ano até maio, o consumo apresentou retração de 0,9% em relação ao mesmo período do ano passado.

O resultado de maio foi afetado por três das quatro classes de consumo detalhadas pela EPE. Além da queda no consumo industrial, o segmento residencial e a categoria "Outros" também apresentaram retração. A variação negativa, em ambas as categorias, foi de 2,5% e 0,1%, respectivamente. A exceção ficou por conta da classe comercial, que apresentou aumento de 0,5% no consumo em maio, em relação ao mesmo período de 2014.

No acumulado anual, entretanto, todas as classes apresentam aumento do consumo, exceto a indústria. Esta encolheu 4,2% entre janeiro e maio. As classes residencial e comercial, por sua vez, cresceram 2,7% e 4%, respectivamente. A categoria "Outros" cresceu 2,5% no período.

Poder aquisitivo

A EPE destaca que, embora os números de fevereiro e março já indicassem consumo menos expressivo das classes residencial e comercial, havia uma pressão explicada pela base mais robusta de 2014 devido às altas temperaturas. "Já o resultado de maio, livre dessas influências, parece refletir os efeitos combinados da queda do poder aquisitivo das famílias com o aumento das tarifas de eletricidade, aplicado em todas as distribuidoras", apontou a EPE.

O consumo de 38.196 gigawatts-hora (GWh) em maio foi afetado principalmente pela região Sudeste, onde o consumo encolheu 3,9%. As regiões Sul (-0,9%), Centro-Oeste (-0,4%) e Norte (-1,3%) também apresentaram retração.

O Nordeste foi a única região do País a apresentar aumento de consumo em maio, com alta de 0,3%.

Os dados da EPE mostram, também, que a base de consumidores da classe residencial cresceu 2,7% em maio, a menor taxa desde agosto de 2012. "Esse resultado converge com a retração de 0,8% ocorrida nos últimos 12 meses na entrega de empreendimentos residenciais no país", analisa a EPE.

No caso da classe industrial, destaque para a alta de apenas oito das 36 áreas da indústria analisados, menos de um quarto dos setores. Em alguns segmentos, como automotivo (-13,7%) e metalúrgico (-10,7%), a queda foi expressiva, superando os 10%.

Energia subsidiada para a indústria eletro-intensiva

02/07/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

A Medida Provisória (MP) 677, de 22 de junho, prorrogou até 2037 os contratos de compra de energia produzida pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) por empresas eletrointensivas. Sem a MP, os contratos teriam vencido ontem, o que sujeitaria as empresas consumidoras a pagar pela energia cerca do triplo do que pagavam, causando-lhes sérios apuros financeiros.

A política de subsídios para o setor é antiga. Na década de 1970, quando sobrava água, havia pouca preocupação ambiental e as usinas hidrelétricas produziam energia a preços baixos, vultosos investimentos foram feitos na Região Nordeste por empresas que consomem muita eletricidade e dependem de tarifas baixas.

Foram, então, instaladas na Bahia, em Alagoas e Pernambuco fábricas dos Grupos Vale, Gerdau, Paranapanema, Ferbasa, Braskem, Mineração Caraíba e Dow Chemical.

Até hoje essas empresas produzem aço inox, cobre, cloro e soda, itens siderúrgicos e ferroliga, gerando empregos, tributos e receita cambial.

Mas essa produção sempre dependeu de energia a preço subsidiado. Hoje, outras companhias argumentam, não sem razão, que investiriam se tivessem acesso à energia barata.

Já as empresas interessadas na manutenção dos preços baixos reclamam da insegurança jurídica que a supressão desse benefício poderia gerar e ameaçavam fechar fábricas se a política fosse alterada.

A decisão de prorrogar os contratos não foi pacífica. A Eletrobrás, controladora da Chesf, incorrerá num custo indireto ao vender a preços baixos a energia fornecida às eletrointensivas.

Estas incorrerão, agora, num reajuste de 22,5% e terão de contribuir para o Fundo de Energia do Nordeste, criado para estimular investimentos em outras fontes, como a eólica.

É tal a importância do tema que as indústrias eletrointensivas propuseram pagar R\$ 250 milhões à Chesf para viabilizar outros investimentos.

Em artigo publicado no dia 11/6 pelo Estado, o economista Raul Velloso defendeu a manutenção dos preços para o setor eletrointensivo alertando para o risco de inviabilização dos negócios afetados.

O problema seria menor se o País dispusesse de uma política energética bem formulada e bem executada, capaz de assegurar oferta satisfatória.

O modelo elétrico de 2013, já abandonado, criou insegurança jurídica, afastou investidores, elevou o custo da energia e desorganizou o setor, exigindo soluções de emergência para casos de emergência.

Metalúrgicos da GM definem PLR em São José

02/07/2015 - Fonte: Automotive Business



Os metalúrgicos da GM de São José dos Campos aprovaram em assembleia na quarta-feira, 1º, a proposta de antecipação da Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Na primeira parcela os trabalhadores receberão R\$ 8,5 mil. O restante volta a ser negociado em outubro.

Segundo o sindicato local dos metalúrgicos, a quantia antecipada representa R\$ 43 milhões a mais na economia da cidade. O pagamento será feito na primeira quinzena de julho. O valor é superior à PLR negociada entre a General Motors e o Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, que conquistou R\$ 6 mil de antecipação.

O dia 1º também foi marcado pela volta de todos os trabalhadores da GM que estiveram em férias coletivas em diferentes fábricas do País. Em São José dos Campos, 1,7 mil metalúrgicos haviam parado no dia 15 de junho. A unidade produz a picape S10 e o utilitário esportivo Trailblazer.

Os trabalhadores que estavam em férias e os 778 que cumprem layoff (suspensão temporária dos contratos de trabalho) também receberão a PLR. A fábrica de São José dos Campos emprega 5,2 mil funcionários.

Delphi conclui venda da divisão de sistemas térmicos à Mahle

02/07/2015 - Fonte: Automotive Business

A Delphi Automotive PLC anunciou na quarta-feira, 1º, em Gillingham, na Inglaterra, a conclusão da venda dos negócios de sistemas térmicos para a Mahle Behr e algumas de suas afiliadas. Os termos da venda estão de acordo com aqueles anunciados em fevereiro deste ano.

Naquele mês a Delphi e a Mahle também assinaram uma carta de intenção separadamente para a venda da Delphi em Xangai, a Delphi Automotive Air-Conditioning System. Essa transação deve ser fechada em 2016.

"A venda integral de nossos negócios térmicos para a Mahle é um grande resultado para todos", afirma o presidente e CEO da Delphi, Kevin Clark. "A Mahle é uma das líderes de fornecimento de sistemas térmicos e agora estará ainda mais bem posicionada", recorda Clark. Com a venda, a Delphi focará seus negócios em powertrain, eletrônicos & segurança e arquitetura eletroeletrônica.

O faturamento da divisão térmica da Delphi em 2014 foi de US\$ 1,6 bilhão, com aproximadamente 7,5 mil funcionários e 13 fábricas em todo o mundo.

Renault entrega mais de 5,1 mil veículos para BRF

02/07/2015 - Fonte: Automotive Business



A Renault entregou 5.192 veículos como parte da atualização de toda a frota da BRF, empresa de atuação global no ramo de alimentos. A operação, realizada por meio da LM Frotas, companhia do Grupo LM, representa uma das maiores vendas em um só contrato já realizadas pela montadora no mundo.

Compõem a frota os modelos Fluence, para uso de executivos da BRF, Kangoo, para uso da frota operacional, e os compactos Logan e Sandero, que serão utilizados por representantes comerciais.

“A existência de uma diretoria de vendas à empresas, juntamente com 63 pontos de Renault Pro+ e uma ampla gama de produtos faz com que a Renault ofereça soluções ideais para os vários tipos de clientes, do pequeno aos grande frotista, como é o caso da BRF” afirma Gustavo Schmidt, vice-presidente comercial da Renault.

O executivo acrescenta que a rede Renault Pro+, que abrange serviços desde a venda ao pós-vendas, é destinada às pequenas, médias e grandes empresas e que suas 63 lojas espalhadas pelo País estão à disposição da BRF, além das cinco que serão inauguradas até o fim deste ano.

“A renovação da nossa frota de campo reduz os nossos custos operacionais, traz mais segurança e contribui para um melhor resultado da companhia”, destaca Pedro Faria, CEO Global da BRF, que possui 47 fábricas no Brasil e 10 no exterior.

“Traçamos diretrizes e preparamos nossa equipe para uma maior capilaridade de nossa atuação em âmbito nacional. Esta atitude empresarial trouxe a conquista desta parceria, que consolida o trabalho estruturado realizado pela empresa”, afirma Luiz Mendonça Filho, presidente do Grupo LM, que atua no segmento de terceirização de frotas corporativas.

Redução da maioria penal avança na Câmara após manobra

02/07/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Em 24 horas, a Câmara dos Deputados reverteu o resultado da votação da proposta de redução da maioria penal e aprovou um texto mais brando que reduz de 18 para 16 a idade mínima para a imputação penal em casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte. O texto precisa ser votado em um segundo turno pela Casa e ser analisado pelo Senado.

Foram 323 votos a favor, 155 contrários e 2 abstenções na madrugada desta quinta-feira (2). Por se tratar de mudança na Constituição, o regimento da Casa determina que haja um mínimo de 308 votos a favor para que o texto seja aprovado. Na quarta-feira, os deputados rejeitaram a aprovação da proposta por 303 votos a favor e 184 contrários.

A emenda aprovada pelos deputados foi fruto de um acordo entre líderes partidários favoráveis à redução da maioria penal, capitaneados pelo PMDB mas assinado pelo PSDB, PSC, PHS e PSD. Eles retiraram da proposta que foi rejeitada na primeira votação sobre o tema a possibilidade de redução da maioria para os crimes de tráfico de drogas, terrorismo, tortura e roubo qualificado. Assim, eles puderam colocar a matéria em votação.

O acerto foi classificado como um golpe por parlamentares contrários à matéria. Outros entenderam que a manobra regimental fere as regras da Casa. "Ele está criando uma nova interpretação do regimento que nunca existiu, que torna o processo legislativo absolutamente frágil e que será interminável", afirmou o deputado Paulo Pimenta (PT-RS).

"Para nós, não se trata mais do mérito da proposta [da redução da maioria]. Ou nós conseguimos barrar hoje uma lógica que ele está impondo, ou essa legislatura está fadada ao fracasso", completou o petista.

Os parlamentares argumentam que a emenda não poderia ser apresentada agora porque não tem suporte nos destaques apresentados durante a discussão da matéria, que aconteceu na noite desta terça-feira (30).

A líder do PCdoB, Jandira Feghali (RJ), classificou a manobra como uma "pedalada regimental" e disse que ela pode criar um "precedente perigoso". "Se hoje serve a alguns, amanhã servirá a outros. Ganhar no tapetão não serve a ninguém", afirmou.

A deputada Érika Kokay (PT-DF) chamou Cunha de "rei Luís XV" e alguns outros o classificaram como um ditador.

"A proposta de redução perdeu. O que está sendo feito hoje é um golpe, uma farsa", afirmou Ivan Valente (Psol-SP). Já o líder do Psol, Chico Alencar (RJ), afirmou que a articulação foi feita na "calada da noite". "Arma-se um golpe. O parlamento vive hoje uma noite tenebrosa", disse.

"PECs não votadas podem ter partes de seu texto aglutinadas em um texto de consenso. Não é manobra. É um caminho legítimo", rebateu o líder do DEM, Mendonça Filho (PE).

Durante a sessão, o PT e deputados contrários à redução apresentaram o chamado "kit-obstrução": requerimentos de adiamento da votação ou de retirada de pauta do projeto que têm como objetivo postergar a votação.

Líderes de partidos favoráveis à redução atribuíram a aprovação da matéria à diminuição do rol de crimes que podem levar à medida, como por exemplo, a exclusão do tráfico de drogas. Na terça-feira (30), diversos parlamentares se posicionaram contra o texto justamente por considerarem que este tipo de crime poderia gerar prisões arbitrárias e injustas.

Os deputados contrários à redução prometem acionar o Supremo Tribunal Federal para questionar a apresentação da emenda aprovada. Eles argumentam que a apresentação do texto fere o regimento da Casa. No entanto, aliados de Cunha defenderam a medida e disseram que a interpretação do outro grupo estava equivocada.

Ao final da sessão, Cunha rebateu as críticas feitas à condução do processo de votação. "O processo legislativo precisa ser explicado. Não acaba na primeira votação. Eu decidi com base em uma questão de ordem do Arlindo Chinaglia [do PT-SP, foi presidente da Câmara] [...] Não tomaríamos nenhuma decisão contra o regimento", disse.

"Não há o que contestar. Ninguém aqui é maluco. [...] Estamos absolutamente tranquilos com a decisão tomada. Só cumprimos o regimento e eu duvido que alguém tenha condições de contestar tecnicamente uma vírgula do que eu estou falando", completou Cunha após explicar detalhes do regimento.

Questionado se faria a mesma coisa em uma proposta que ele não defende, Cunha respondeu que seu compromisso é apenas com a votação de projetos e não com suas aprovações. "Eu eu sou obrigado a cumprir o regimento com proposta que eu acredite ou que eu não acredite. essa é a minha obrigação", disse.

Ele criticou ainda os questionamentos feitos por deputados da base do governo. "Acho muito engraçado. Quando dou interpretação às matérias do governo, como projeto das desonerações ou as medidas do ajuste fiscal do governo, ninguém reclamava que a interpretação poderia ser duvidosa. Agora, quando é matéria de interesse deles, de natureza ideológica, eles contestam. Eles têm dois pesos e duas medidas".

Assim que o resultado foi proclamado, os deputados contrários à aprovação da PEC deixaram o plenário rapidamente, sem dar entrevistas.

BATE-BOCA

Durante a votação, deputados levantaram cartazes e panfletos defendendo seus pontos de vista. Os favoráveis estavam com faixas e plaquinhas "#euvoteisim". Parlamentares contrários também aderiram à guerra de hashtags, e seguram as mensagens: "#golpedoCunha" e "Cunha, respeite o plenário".

A sessão também foi marcada por bate-boca no plenário. Em discurso, o deputado Aliel Machado (PCdoB-PR) disse que quando era engraxate, cometeu alguns delitos. Ao encerrar sua fala, o deputado Hildo Rocha (PMDB-MA) o provocou questionando que tipo de delito seriam os citados. O peemedebista disse, então, que talvez eles não fossem enquadrados na nova regra.

A confusão atrapalhou o discurso do deputado Rubens Bueno (PPS-PR), que pediu que Cunha resolvesse o imbróglio. "Estou tentando", respondeu Cunha.

SEM PLATEIA

Após a efusiva comemoração de movimentos contrários à redução na galeria do plenário na madrugada de quarta, quando a proposta foi rejeitada na primeira votação, Cunha proibiu a entrada do público para acompanhar a sessão desta noite.

Ele alegou que o acordo de manutenção da ordem não foi cumprido. Um grupo de estudantes acompanhou a votação em corredores da Câmara.

Japão aciona OMC contra incentivos fiscais do Brasil

02/07/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

O governo do Japão abre uma disputa na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra o Brasil, alegando que a política de incentivos fiscais aos setores de telecomunicações, automóveis e tecnologia é ilegal e afeta empresas estrangeiras de forma "injusta".

Tóquio questiona a forma pela qual Brasília isenta setores de impostos, sempre que garantam produção em território brasileiro. O Japão iniciou a primeira etapa da queixa.

Um ataque similar já havia sido apresentada pela UE contra o Brasil e o sistema de solução de controvérsias da OMC foi acionado. Bruxelas argumentou que, ao dar isenção

de IPI a diversos setores sob certas condições, o Brasil estava violando as regras internacionais do comércio.

Em setembro de 2011, o governo estabeleceu uma isenção de IPI para carros de montadoras que se comprometam a investir no País e comprem peças locais. Em 2012, o plano foi renovado por mais cinco anos, o que deixou os países ricos irritados. Incentivos fiscais também foram dados a computadores, smartphones e semicondutores.

O governo brasileiro sempre alegou que as medidas beneficiavam montadoras europeias e japonesas, justamente contra a concorrência chinesa. Mas, segundo a União Europeia, as medidas adotadas por Dilma têm afetado as exportações do bloco. Em 2011, 857 mil carros foram exportados ao mercado brasileiro. Em 2013, esse número caiu para 581 mil até outubro.

Consultas entre as duas diplomacias ocorreram em Genebra em fevereiro.

Pressão. Agora, o Brasil agora sofre a pressão dos japoneses, também preocupados com o comportamento de Brasília e o temor de que a linha adotada pelo governo de Dilma Rousseff comece a ser imitada por outros emergentes. No caso do Japão, o centro do questionamento é o setor de informática e tecnologia.

Tóquio questionou já no passado as exigências do edital de licitação da faixa de frequência de 2,5 GHz - destinada ao serviço de quarta geração da telefonia móvel (4G).

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) estipulou uma exigência de conteúdo nacional mínimo de 60% para quem quisesse participar de licitações, incluindo equipamentos e sistemas.

O Japão questiona o governo brasileiro se o mesmo padrão de favorecimento às indústrias nacionais será repetido "quando o Brasil conduzir leilões sobre os direitos de outras frequências".

Para o governo de Tóquio, algumas das medidas brasileiras já existem há algum tempo. "Mas foram fortalecidas nos últimos anos", indicou. Elas afetariam o setor automotivo, de informática, comunicações e tecnologia.

O pedido de consultas é a primeira fase da disputa na OMC. Durante os próximos dois meses, os dois governos terão de realizar as reuniões e, se não houver um acordo, o Japão pediria que os árbitros internacionais examinem o Brasil.

Concessões podem ter menos dinheiro do BNDES

02/07/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo



As quedas consecutivas no fluxo de veículo das estradas pedagiadas neste ano poderão ter reflexo negativo nas novas concessões de rodovias, concedidas pelo governo federal entre 2013 e 2014. Com menos movimento nas estradas, a expectativa de receita diminuiu e a parcela de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) poderá ficar menor que a prevista inicialmente.

Isso significa que as empresas vencedoras teriam de colocar mais capital próprio para fazer os investimentos na duplicação das rodovias. Segundo o índice da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR), de janeiro a maio deste ano, o fluxo de veículos nas estradas privatizadas caiu 1,6% comparado a igual período de 2014. No período de 12 meses, a queda foi de 0,2%.

Queda no fluxo de veículos pode afetar financiamento das concessões.

“A redução no fluxo de deslocamentos das pessoas por causa da diminuição da capacidade econômica ou de outros eventos relacionados à crise econômica afetam as projeções financeiras dos projetos e ainda, na taxa de retorno desses investimentos, de forma que o total de recursos liberados ou disponíveis poderá ser influenciado”, afirma o advogado Robertson Emerenciano, sócio do escritório Emerenciano, Baggio e Associados - Advogados.

Em nota, o BNDES afirmou que o “fluxo de veículos e a projeção de tráfego são variáveis muito importantes no processo de estruturação de um project finance (modalidade de crédito em que a garantia é a própria receita do projeto) do setor rodoviário”.

Até agora o banco estatal não liberou nenhum financiamento de longo prazo para as concessões rodoviárias. Os primeiros investimentos na duplicação de 10% do trecho concedido, conforme previsto nas regras dos editais, foram feitos com empréstimos-ponte.

Segundo fontes ligadas às concessões, o banco estatal está fazendo as medições nas rodovias para definir os montantes de financiamento. “No nosso caso, acho que não teremos problemas, pois na última medição que fizemos o tráfego havia crescido 5%”, afirmou o presidente da Triunfo Participações e Investimentos (TPI), Carlo Bottarelli. A empresa arrematou a concessão dos trechos das BRs 060/153/262 (DF/GO/MG), cujos investimentos somam R\$ 7,15 bilhões ao longo de 30 anos.

Segundo um executivo do setor, mesmo com crescimento do fluxo das rodovias, algumas concessões podem ter problemas por conta dos elevados deságios dados nos leilões, que variaram entre 40% e 61%.

Na análise dele, os altos descontos embutem uma expectativa muito agressiva de expansão do fluxo de veículos. Uma frustração nesses números pode alterar todo o planejamento feito pelas concessionárias.

De qualquer forma, o risco de tráfego é um risco do empreendedor. Ou seja, as empresas terão de se virar para colocar mais dinheiro nos empreendimentos caso o BNDES resolva emprestar menos recursos.

Usiminas planeja retomar venda de ativos

02/07/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo

Proposta deve ser levada à reunião do conselho de administração da siderúrgica, no dia 27 de agosto; venda traria alívio ao caixa da empresa

Mergulhada em uma crise que vai muito além do cenário adverso no setor industrial, sobretudo no mercado de aço, a siderúrgica Usiminas deverá retomar seu projeto de venda de ativos para enfrentar as dificuldades que virão pela frente. A proposta de venda de negócios considerados não estratégicos deverá ser feita na reunião do conselho de administração da companhia, prevista para 27 de agosto, apurou o ‘Estado’ com uma fonte familiarizada com o assunto.

A estratégia é levantar recursos para a siderúrgica aliviar o caixa da companhia, em um momento em que o setor e a empresa passam por uma situação delicada. Em maio, a companhia anunciou o desligamento de dois altos-fornos, um em Cubatão (SP) e outro em Ipatinga (MG), com a redução da demanda das montadoras.

Nesta semana, a Usiminas dá início à redução de jornada dos funcionários da área administrativa, que passam a trabalhar quatro dias por semana. Nesta quarta-feira, a agência de classificação de riscos Standard & Poor's rebaixou as notas de crédito da siderúrgica. O rating em escala global foi rebaixado para BB-, de BB; o rating em escala nacional foi rebaixado para brA, de brA+.

A siderúrgica anunciou desligamento de dois altos-fornos – em Ipatinga e Cubatão.

Não é a primeira vez que a companhia decide colocar ativos à venda. Em 2012, a empresa anunciou que iria se desfazer das unidades Mecânica (bens de capital) e Automotiva (cabines para caminhão). Em 2013, vendeu sua divisão automotiva por R\$ 210 milhões para a empresa Aethra.

Além da divisão de bens de capital, terrenos e a participação da Usiminas na ferrovia MRS são ativos que podem vendidos. "Ainda não está definido o que pode ser vendido, mas está claro que a companhia precisa de um plano de ação, uma vez que o cenário global para os preços da commodity não deve melhorar até o segundo semestre de 2016.

Também estudamos trocar executivos da companhia, mas Rômel de Souza continua na presidência ", disse um membro do conselho de administração.

Em meio a esse cenário macroeconômico turbulento, os dois principais sócios da siderúrgica - a japonesa Nippon Steel e o grupo ítalo-argentino Ternium, do grupo Techint, que fazem parte do bloco de controle da Usiminas, ainda travam uma briga na Justiça, que está longe de um desfecho.

A decisão de venda de ativos na companhia não é unânime. Outra fonte consultada pelo Estado disse que está difícil atrair um comprador na área de bens de capital. Para outros negócios, essa mesma fonte também considera que a companhia não conseguiria preços atraentes.

Procurada, a Usiminas disse que a informação sobre venda de ativos "não procede". Nippon e Ternium não comentam o assunto.

A Nippon e a Ternium brigam desde setembro, quando três executivos, entre eles o presidente Julián Eguren, e os diretores Paolo Bassetti e Marcelo Chara, nomes de confiança da Ternium, foram destituídos.

A Nippon alegou que eles estavam recebendo benefícios irregulares. A Ternium discorda e tentou reverter a destituição na Justiça, sem sucesso. Os três voltaram para a Ternium.

Para lembrar. A falta de consenso entre os principais acionistas levou a Usiminas a eleger, pela primeira vez, em abril, um presidente do conselho não indicado pelo bloco de controle. CSN e BTG também são acionistas, mas fora do bloco de controle.

O advogado Marcelo Gasparino, indicado pelo fundo L. Par, do investidor Lirio Parisotto, foi eleito como presidente do conselho do grupo no lugar de Paulo Penido, que está no conselho. Parisotto, que também foi eleito para o conselho, teve sua eleição foi contestada pela Ternium na Justiça, impedindo sua posse.

Um desfecho sobre a posse de Parisotto deve sair na próxima semana, dizem fontes.

Confiança dos pequenos e médios empresários nunca esteve tão baixa

02/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O índice de confiança dos empresários de pequenos e médios negócios no Brasil para o terceiro trimestre atingiu 57,4 pontos, uma queda de 0,5% quando comparado ao do segundo trimestre, de acordo com pesquisa do Insper/Santander.

Com isso, o indicador atingiu o menor nível da série histórica. Mesmo assim, há alguns sinais de estabilização.

Na divisão por setores, a indústria teve o maior recuo, passando de 58,9 para 54,7 pontos. Nos serviços, houve queda de 58,4 para 57,8. O comércio foi o único com desempenho positivo, passando de 57 para 58.

Entre os seis tópicos sobre os quais os pequenos empresários foram questionados, três caíram, dois subiram e um ficou estável. O pior resultado foi em Investimentos (de 57,2 para 55,4 pontos), seguido de Empregados (de 54 para 52,5) e Desempenho da Economia (de 48,4 para 47,7). Já a expectativa para o Ramo de Atuação ficou estável em 60,9. E houve alta em Faturamento (de 63,6 para 65,1) e Lucro (de 62,2 para 62,8).

Cenário

Segundo o professor do Insper Gino Olivares, o índice de confiança dos pequenos e médios empresários está em linha com o que é esperado para o desempenho do PIB este ano: queda no primeiro trimestre, resultado ainda pior no segundo, possível estabilização no terceiro e, com sorte, leve crescimento no quarto.

“No terceiro trimestre o índice teve uma queda menor do que aquela registrada no trimestre anterior, o que poderia sugerir alguma estabilização, mas, infelizmente, essa potencial estabilização estaria ocorrendo num nível muito baixo”, comenta.

Ele aponta que a melhora nos itens Faturamento e Lucro pode ser resultado simplesmente do efeito da inflação, enquanto as quedas acentuadas em Investimentos e Empregados indicam que o processo de ajuste ainda não terminou.

“O empresário terá de enxugar a folha de pagamento e reduzir ainda mais seus planos de investimento. Esperamos que mais para frente isso permita uma recuperação, mas o processo de ajuste doloroso socialmente ainda vai continuar.”

Balança comercial reage e fecha 1.º semestre no azul

02/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Depois de dois anos no vermelho, a balança comercial brasileira voltou a registrar resultado positivo no primeiro semestre, quando as vendas ao exterior superaram as compras em US\$ 2,222 bilhões.

O número superavitário, no entanto, é reflexo de um quadro de importações menores, por causa da economia em marcha lenta, já que as exportações brasileiras continuaram em retração no período. Nos seis primeiros meses do ano, as compras do exterior caíram 18,5%, enquanto as vendas recuaram 14,7%.

O resultado de junho foi decisivo para reverter a tendência de queda que vinha se acumulando até então. No mês passado, a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 4,527 bilhões, o segundo melhor resultado para o mês da história. O valor é explicado pela queda significativa (-20,6%) nas importações em junho; e pelas

exportações, que continuaram em queda (-8,7%), mas em níveis menores do que nos meses anteriores.

De acordo com o diretor de estatística e apoio à exportação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Herlon Brandão, a safra agrícola – os embarques de soja em grão bateram recorde no mês – e a quantidade maior de produtos como minério de ferro e frango in natura vendidos ao exterior contribuíram para o resultado.

O resultado da balança comercial é bom, mas não é nobre, porque se faz às custas de uma contração do nível de atividade doméstico, com menos importação. Fábio Silveira economista da GO Associados.

Além disso, o dólar valorizado começa a ajudar os exportadores brasileiros. Ainda assim, os preços das commodities comprimidos no mercado externo ainda prejudicam o valor das vendas. “Temos visto uma melhora nas quantidades exportadas, mas o aumento de volume exportado não é suficiente para compensar a queda dos preços”, avalia Brandão.

Plataforma

Outro fator que contribuiu para o superávit de junho foi a venda de uma plataforma de petróleo no valor de US\$ 690 milhões. A operação é contabilizada como uma exportação, mas a plataforma não chega a deixar o país. Ela é vendida a uma empresa no exterior e alugada para sua subsidiária no Brasil, recolhendo, assim, menos tributos.

Para o segundo semestre, o governo prevê um crescimento nos valores exportados e espera que o câmbio valorizado também ajude. Há expectativa de melhora nas vendas para os Estados Unidos por conta da aproximação comercial e recuperação da economia no país, que acaba de autorizar a entrada da carne bovina brasileira em solo americano.

“Esperamos que exportação de carne bovina se recupere com abertura de mercados como China e Estados Unidos”, afirmou Brandão.

O diretor de pesquisa econômica da GO Associados, Fábio Silveira, avalia que o saldo da balança brasileira pode chegar a US\$ 10 bilhões em 2015. Apesar de considerar surpreendente o desempenho da balança comercial em junho, Silveira avaliou ainda ser cedo para falar em uma arrancada na economia a partir do setor externo.

HORA DA VIRADA

O saldo comercial do Brasil com o exterior registrou em junho um superávit de US\$ 4,527 bilhões, revertendo o déficit na balança que perdurou até maio. Com o resultado, o país passou a acumular um saldo positivo de US\$ 2,2 bilhões no primeiro semestre de 2015:

NOS ÚLTIMOS 12 MESES

Em bilhões US\$

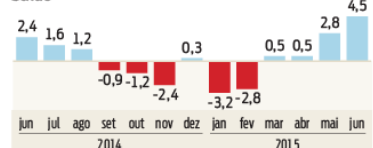


ACUMULADO 1º SEMESTRE

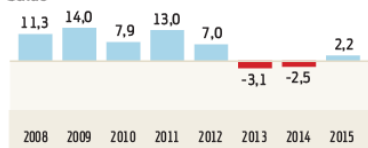
Em bilhões US\$



Saldo



Saldo



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Infografia: Gazeta do Povo.

Montadoras têm o pior semestre desde 2007

02/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo



Vendas no primeiro semestre de 2015 caíram 20,6% em comparação com o mesmo período do ano passado

No pior semestre desde 2007, a indústria automobilística brasileira vendeu 1,318 milhão de veículos novos, 20,6% a menos no comparativo com a primeira metade de 2014. A diferença entre os dois períodos supera o equivalente a mais de um mês de vendas, ou 344,2 mil unidades.

Junho também teve seu pior resultado para o mês em oito anos, com 212,5 mil automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus vendidos. O número é quase igual ao de maio, mas o mês passado teve um dia útil a mais.

Em relação a junho do ano passado, a queda é de 19,4%, segundo dados preliminares do mercado. Os números oficiais serão divulgados nesta quinta-feira (2) pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave).

Sem ver sinais de recuperação no mercado, as montadoras seguem adotando medidas de corte de produção, também na tentativa de reduzir estoques, que continuam elevados.

Hoje, há cerca de 35,8 mil trabalhadores em férias coletivas, licença ou lay-off (suspensão dos contratos de trabalho), o equivalente a 25% de toda a mão de obra das montadoras.

Nesse grupo estão os 8 mil trabalhadores da produção da Volkswagen, que foram dispensados nesta quarta (1) e quinta-feira (2). A empresa também colocará em lay-off 2.357 funcionários a partir de segunda-feira (6), por cinco meses.

“Não enxergamos nenhuma luz que esteja piscando para melhorar as perspectivas do mercado. Cada vez piora mais”, afirma o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano do Sul, Aparecido Inácio da Silva. Ele negocia com a General Motors o retorno, previsto para dia 13, de 819 trabalhadores que estão em lay-off há cinco meses.

De janeiro a maio as fabricantes já demitiram 6,3 mil trabalhadores e empregava, até aquela data, 138,2 mil pessoas.

Outros segmentos da cadeia automotiva também estão dispensando funcionários. As fabricantes de autopeças demitiram 7,4 mil trabalhadores e as revendas, 12 mil, ambos até abril.

Carga tributária não se reflete em benefícios para a sociedade

02/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Na segunda-feira, 29 de junho, por volta das 12h20, o impostômetro da Associação Comercial do Paraná registrou R\$ 1 trilhão arrecadado em todo o país pelas três esferas de governo. A marca foi alcançada 11 dias antes de 2014.

A ACP também instalou o painel com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre o volume de dinheiro arrecadado com impostos, tributos, contribuições e multas. O impostômetro tem registrado recordes sucessivos de arrecadação tributária na última década. A média de arrecadação diária totaliza R\$ 5,55 bilhões. Até 29 de junho de 2015, cada brasileiro já pagou R\$ 4.980,50 em tributos.

Até o fim do ano, cada cidadão terá pago aproximadamente R\$ 10 mil. O Brasil deve fechar 2015 com arrecadação próxima dos R\$ 2,07 trilhões, um crescimento de aproximadamente 5,8% sobre 2014.

Esses números representam que o cidadão brasileiro passa, em média, 151 dias trabalhando apenas para pagar tributos federais, estaduais e municipais, de acordo com estudo feito pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT).

É como se de 1º de janeiro a 31 de maio os brasileiros trabalhassem sem ganhar nada! Como se não bastasse, além de pagar uma das cargas tributárias mais altas do mundo, o contribuinte do Brasil não vê a contrapartida do dinheiro gasto em serviços para a população, como educação, saúde, transporte coletivo e saneamento básico.

O mesmo estudo revela que, na comparação com 30 países, é no Brasil que os impostos arrecadados representam menos serviços para o cidadão. O índice utilizado foi o de retorno do bem-estar para a sociedade, e o cálculo levou em conta dados econômicos, como a carga tributária, e sociais, como os do Índice de Desenvolvimento Humano. Pela quinta vez consecutiva o Brasil ficou em último nesse ranking, atrás inclusive dos vizinhos Uruguai e Argentina.

Na comparação com 30 países, é no Brasil que os impostos arrecadados representam menos serviços para o cidadão

Em comparação com os países do G20, grupo que reúne as 19 nações de maior economia do mundo, além da União Europeia, o Brasil também apresenta índices preocupantes. Um levantamento da consultoria PriceWaterhouseCoopers (PwC) revela que no Brasil o porcentual de renda do trabalhador que vai para as mãos do governo por meio de impostos é 9% superior à média do grupo, que está em 26%. A taxa brasileira é de 35%.

Por trás dessa pesada carga tributária estão os impostos indiretos, que no Brasil se refletem em tributos sobre produtos e comércio, sempre repassados ao consumidor final. Esses impostos indiretos representam 40% da carga tributária brasileira e têm a agravante de serem cobrados igualmente de toda a população, independentemente da faixa de renda do trabalhador. Isso faz com que os mais pobres paguem um imposto indireto igual ao da população mais rica, aumentando a desigualdade social do país.

Enquanto o brasileiro paga por um dos governos mais caros do mundo, ele recebe um dos mais ineficazes. De acordo com o Índice de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial, que compara indicadores de 148 países, o Brasil está em 124º no ranking de crimes e violência; 129º em qualidade do ensino básico; 132º em desperdício de recursos públicos; 133º em desvio de recursos públicos; e 138º em impostos sobre o trabalho.

Além disso, dos cerca de R\$ 2 trilhões que serão arrecadados em impostos até o fim do ano, apenas pouco mais de R\$ 100 bilhões (ou seja, 5% do total) serão investidos em infraestrutura. O levantamento apresentado no Fórum Econômico Mundial estima que o mesmo valor será desviado por corrupção durante o ano de 2015 no país.

Resolver esse problema é o desafio. A missão deve ser encarada com austeridade por todas as esferas governamentais. Uma das medidas necessárias para diminuir o inchaço da máquina pública é diminuir radicalmente o número de ministérios, secretarias e cargos em comissão.

Indo mais a fundo, os gestores devem cortar na própria carne e vetar mordomias, como viagens ao exterior e cartões corporativos. Mas o principal mesmo é fechar o ralo da corrupção que se alastra por todo o país. Essa conta não pode mais ser paga apenas pela população.

Fusões no Brasil decepcionam até junho, mas devem ganhar fôlego no 2º semestre

02/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Executivos de bancos estão decepcionados com o fraco volume movimentado em fusões e aquisições no Brasil neste ano até junho, mas preveem que os ativos mais baratos, devido um real depreciado e o grande volume de recursos de gestores de private equity, devem mudar o jogo nos próximos meses.

Dezenas de tentativas de acordos foram suspensas na primeira metade de 2015, com o país enfrentando turbulência econômica e política. Ainda assim, o trabalho de assessoria financeira foi intenso no período, forçando bancos a envolver mais gente do que o habitual para lidar com transações que foram feitas, disseram profissionais do setor à Reuters.

Embora as perspectivas para a economia doméstica sigam desanimadoras, os esforços do governo federal para controlar a inflação e as contas fiscais estão melhorando gradualmente a confiança de investidores, segundo executivos. Além disso, preços mais atraentes para alvos de aquisição devem ajudar a transformar planos em negócios efetivos.

"Já sabíamos que nesse ano não seria fácil fechar negócios", disse o chefe de fusões no Bradesco BBI, Alessandro Farkuh. "Apesar do cenário estar melhorando gradativamente, as transações estão demorando para ser concluídas. Estamos gastando mais energia e mais tempo para fechar negócios."

Transações

No ano até 30 de junho, as companhias anunciaram US\$ 14,47 bilhões em fusões no Brasil, menor volume em uma década, mostrou um levantamento da Thomson Reuters. O número de transações caiu 39% ante o ano anterior, e 65% na comparação com os últimos seis meses de 2014.

Apenas 117 negócios, no valor de US\$ 5,95 bilhões, foram anunciados no segundo trimestre, ante 139 nos primeiros três meses do ano, como consequência da pior recessão em duas décadas e um escândalo de corrupção envolvendo a Petrobras.

O BTG Pactual liderou o ranking de assessores financeiros, coordenando US\$ 7,53 bilhões em transações de janeiro a junho. O Itaú BBA, banco de investimento do Itaú Unibanco, liderou em número de negócios, tendo participado de 17 operações no semestre.

Convergência de preços

A atratividade criada por alvos de aquisição mais baratos em breve começará a se sobrepor aos riscos para alguns compradores, à medida que a diferença de preços de vendedores e compradores diminua, disse o diretor da Greenhill & Co no Brasil, Rodrigo Mello. Segundo ele, essa aproximação deve ser facilitada uma vez que o real siga perdendo força contra o dólar.

Multinacionais e outros investidores estratégicos estão pondo a cautela de lado e buscando maior exposição ao Brasil, alguns em busca de ativos específicos, outros para aproveitar oportunidades em infraestrutura.

Algumas operações candidatas a serem concluídas nos próximos meses incluem a venda da unidade do HSBC no país, avaliada em cerca de US\$ 4 bilhões, e a participação do grupo OAS na Invepar, disseram fontes recentemente à Reuters.

A fabricante de produtos de higiene Hypermarchas está planejando vender ou cindir sua unidade de fraldas. E a Petrobras quer vender US\$ 3 bilhões em ativos de biocombustíveis e outros considerados não essenciais neste ano.

Especialistas em fusões apostam no poder de fogo de investidores financeiros, como os fundos soberanos, ou nos gestores de private equity, que no ano passado levantaram um recorde de US\$ 5,6 bilhões para investir do Brasil.

Apesar da recente ressaca após um boom de uma década que atraiu centenas de bilhões de dólares, o Brasil segue como principal destino da indústria de private equity da América Latina, com 58% do valor das aquisições na região.

“Para os investidores financeiros estratégicos e de longo prazo, o Brasil ainda é muito grande e relevante para seus planos de negócios, e seu apetite para negócios no país continua alto”, disse o chefe de banco de investimento do Goldman Sachs no Brasil, Antonio Pereira.

As ofertas podem se concentrar em setores e empresas resilientes, com gestão experiente o bastante para superar ciclos difíceis, disse o sócio-gerente da Advent International, David Mussafer. Em 2014, o grupo de private equity levantou um fundo de US\$ 2,1 bilhões para América Latina.

Entre os setores mais cobiçados estão serviços financeiros, saúde e educação, disse o sócio do BTG Pactual Bruno Amaral.

Também são esperadas reestruturações de empresas, especialmente daquelas que precisam reduzir pessoal e renegociar dívidas. Bancos e escritórios de advocacia, incluindo Itaú BBA, Rothschild e Alvarez & Marsal, estão ganhando mandatos para supervisionar mais operações como essas.

Não vá

02/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

É verdade que a situação política por aqui está feia, que tem gente perdendo emprego, que o dinheiro que falta para a educação sobra nas mordomias usufruídas por membros dos três poderes.

É verdade que a Petrobras é a única petrolífera do mundo a dar prejuízo, por causa da má administração e da roubalheira desenfreada, enquanto os bancos privados batem recordes de lucro a cada semestre.

É verdade que ainda temos capitais sem um único metro de rede de esgoto e que o estado mais rico da federação está com falta de água e com sobra de dengue.

É verdade que o álcool continua sendo consumido descontroladamente, que motoristas irresponsáveis não param de matar e mutilar milhares de brasileiros sem que se tome medidas sérias contra este nosso hábito de "beber socialmente" e dirigir.

Também é verdade que o asfalto das ruas de nossas cidades é esburacado, que os trajetos são mal sinalizados, que um assaltante pode estar de tocaia em cada congestionamento e em cada farol fechado.

É verdade que os críticos das "elites" tomam vinho de R\$ 3 mil reais (sem problemas, já que a origem do dinheiro são "consultorias" para lá de suspeitas). É também verdade que ainda se elogia a ignorância, que se valoriza a falta de cultura, que ler é considerado chato, que alegria é quase sempre sinônimo de ruído (sem consideração pelos vizinhos).

Viver e trabalhar aqui dá uma sensação de que podemos ser úteis, temos condição de fazer algo para quem precisa

É verdade que resquícios da escravidão estão presentes no nosso cotidiano, no preconceito nosso de cada dia, no horror que ainda temos ao trabalho físico, no amor ao bacharelismo. Está presente ainda no paternalismo típico das senzalas que, em vez de oferecer oportunidades (liberdade, boa escolaridade), prefere ser paternalista, dando peixes e não ensinando a pescar.

É verdade que remédios custam mais caro aqui do que na Suíça; camisas, mais do que na Itália; brinquedos, mais do que em Orlando; refeições, mais do que na França; automóveis, mais do que no mundo inteiro. Já a cachaça e a cerveja são baratas.

É verdade que viver na periferia (onde a maioria mora) é muito perigoso, que caminhar à noite é arriscado e que engolir o óleo diesel dos veículos provoca doenças respiratórias.

É verdade que criamos leis que não pegam, mas em compensação temos "não leis" que pegam. A pena de estupro nas prisões não existe no nosso Código Penal e é aplicada sistematicamente, como se tivesse sido aprovada pelo Legislativo e referenciada pelo Supremo...

É verdade que nossos motoristas não sabem como dirigir: nas estradas, andam pela pista do meio em baixa velocidade (brasileiro que se preze não vai pela pista da direita); nas cidades, não dão seta, fazem conversões em diagonal, não sabem que pisca-alerta é só quando se para o carro, não usam farol quando devem (e, quando usam, ligam o farol alto), estacionam na frente de garagens e em pontos de ônibus, e não respeitam faixa de pedestres.

É verdade que pais desejosos de uma boa educação para seus filhos acabam colocando-os em caríssimos guetos educacionais, onde as crianças estabelecem vínculos exclusivamente com seus supostos iguais. A escola, que deveria ser espaço democratizante, não passa de mais uma (talvez a mais importante) reprodutora de desigualdade.

Tudo isso é verdade, e há muitas outras verdades desagradáveis em nosso país. Por um lado, isso é ruim. Por outro, isto mostra que há muito para se fazer no Brasil. Por isso mesmo, viver e trabalhar aqui dá uma sensação de que podemos ser úteis, temos condição de fazer algo para quem precisa.

Há muito a fazer por aqui e isso nos ajuda a dar um sentido às nossas vidas. Você, que está lutando por um passaporte da União Europeia ou por um *green card* americano, tem certeza de que quer viver em um país já constituído, já formado, com sua identidade nacional já definida, para o bem e para o mal?

Nosso país ainda não está pronto. Você pode ajudar a construí-lo, colocar a sua pedra, o seu cimento, plantar a sua árvore, arrancar as ervas daninhas que proliferam por aqui. Não vá. Fique por aqui com sua competência e sua honestidade. Melhore nosso país. Ele precisa de você.

Jaime Pinsky, historiador e editor, é professor titular da Unicamp e autor ou coautor de "Por que gostamos de história", "História da cidadania", "As primeiras civilizações", "O Brasil tem futuro?" e "Origens do nacionalismo judaico".

Banco Central trabalha para manter inflação na meta além de 2016, diz Tombini

02/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O Banco Central está avançando nos seus esforços de trazer a inflação para o centro da meta e mantê-la assim para além de 2016, afirmou o presidente da instituição, Alexandre Tombini, durante um evento na noite de quarta-feira em São Paulo.

Tombini reiterou o compromisso do BC de trazer a inflação para o centro da meta oficial, de 4,5 por cento, até o fim do ano que vem. A inflação anual do país subiu para 8,8 por cento em meados de junho.

"Quero reafirmar que a política monetária no Brasil está e continuará vigilante para assegurar a convergência da inflação ao centro da meta em 2016 e sua estabilidade nos anos à frente", afirmou.

Tombini voltou a falar em "determinação e perseverança" para a consolidação do processo de transformação econômica. Ele disse estar convencido de que os ajustes macroeconômicos têm grande potencial para estabelecer as bases para a retomada de um crescimento sustentável.

"A consolidação desse processo de transformação econômica ora em curso requer determinação e perseverança de todos, e a participação do setor privado."

Na semana passada, por meio do Relatório Trimestral de Inflação, o BC sinalizou que o atual aperto monetário será intenso diante do cenário de inflação elevada e com as expectativas ainda não totalmente ancoradas no centro da meta, de 4,5 por cento pelo IPCA.

O BC passou a ver o IPCA a 4,8 por cento no próximo ano e que o indicador somente vai a 4,5 por cento no segundo trimestre de 2017. Para este ano, a expectativa é de que ele suba 9 por cento.

A autoridade monetária vem repetidamente afirmando que fará o que for necessário, e com "determinação e perseverança", para domar a alta dos preços e levar o IPCA para 4,5 por cento em 2016.

Por isso, é consenso entre os especialistas que a taxa básica de juros do país, hoje em 13,75 por cento ao ano, vai continuar subindo e encarecendo o crédito para o consumidor.

Pela pesquisa Focus do próprio BC, que ouve semanalmente uma centena de economistas, a Selic vai a 14,50 por cento, mas no mercado de juros futuros a visão é mais dura, a 14,75 por cento.

O IPCA surpreendeu em maio passado ao acelerar a alta a 0,74 por cento, acumulando em 12 meses 8,47 por cento. A prévia para o desempenho do índice em junho continuou mostrando pressão, com o IPCA-15 subindo 0,99 por cento neste mês, a maior alta em quase 20 anos.

Alstom assina contrato com Eletrosul para integrar parques eólicos no Sul do Brasil

02/07/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A Alstom fechou um contrato turnkey no valor aproximado de €100 milhões com a Eletrosul Centrais Elétricas S/A (Eletrosul) para integrar parques eólicos localizados no extremo sul do estado Rio Grande do Sul à rede de transmissão nacional. A operação comercial está prevista para março de 2018.

Para concluir este projeto, a Alstom irá liderar um consórcio para fornecer uma solução turnkey, incluindo o fornecimento de duas novas subestações e a extensão de seis subestações existentes, permitindo a conexão dos parques eólicos à Rede Básica.

O projeto, conhecido como Lotes A1 e A4 do leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), abre as portas para uma futura integração de energias renováveis, permitindo um melhor planejamento da matriz energética nacional nos próximos seis anos, desempenhando um papel chave no fortalecimento do sistema de transmissão brasileiro. A Alstom irá fornecer seus produtos, softwares e tecnologias de automação com equipamentos produzidos nas unidades de Canoas e Itajubá.


“A região sul do Brasil tem enorme potencial eólico e agora poderá otimizar totalmente essa energia alternativa, criando diversidade na matriz energética para mais de 30 milhões de pessoas.

Este contrato reforça a liderança da Alstom no fornecimento de soluções centradas no cliente e uma equipe local especializada para trazer tecnologias inovadoras para otimizar a performance da rede”, afirma Sérgio Gomes, Vice-Presidente Sênior da Alstom Grid na América Latina.

A Alstom está presente no Brasil há 60 anos e já concluiu mais de 30 projetos de transmissão turnkey no país, no mercado de 230kV e 500kV.

Comissão especial aprova mudanças nas regras do Supersimples

02/07/2015 - Fonte: Contábeis.com

 A comissão especial que analisa mudanças no Supersimples (Projeto de Lei Complementar 25/07), aprovou há pouco, por unanimidade, o relatório do deputado João Arruda (PMDB-PR) com as novas regras para enquadramento no tributo.

O substitutivo apresentado pelo parlamentar aumenta os valores para enquadramento no regime tributário do supersimples de R\$ 360 mil para R\$ 900 mil (receita bruta por ano) para microempresas e de R\$ 3,6 milhões para R\$ 14,4 (receita bruta por ano) para pequenas empresas.

O texto aprovado na comissão também prevê a possibilidade de inclusão dos fabricantes artesanais de cervejas especiais e pequenos produtores de cachaças, licores e vinhos no regime do Supersimples.

O relatório de Arruda também reduz o número de tabelas a que estão submetidos as empresas enquadradas no supersimples. Atualmente, há seis tabelas no Simples: uma para comércio, uma para indústria e quatro tabelas de serviços.

O substitutivo também inclui os trabalhadores rurais (tratozeiros, semeadores etc) como [MEI](#) (microempreendedores individuais).

O texto aprovado na comissão especial ainda será votado pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Porsche compra divisão de ferramentaria da Kuka

02/07/2015 - Fonte: Usinagem Brasil



A Porsche anunciou na semana passada a compra da divisão de ferramentaria da Kuka Systems GmbH. Com 600 funcionários, a divisão conta com unidades na Alemanha e na Eslováquia e passará a chamar-se Porsche Werkzeugbau GmbH, tornando-se subsidiária integral da fabricante de veículos esportivos. O valor da transação - ainda sujeita à aprovação das autoridades antitruste - não foi revelado.

"Ao assumir a divisão de ferramentaria da Kuka, a Porsche faz um importante movimento visando a produção de carros esportivos do futuro", disse Matthias Müller, presidente do Conselho Executivo da Porsche AG. "Do ponto de vista estratégico, esta integração é um grande passo para nós", completou, lembrando que uma longa tradição de competência e tecnologia une as duas empresas.

"Conceitos inovadores em ferramentas são o que nos permitem implementar o design emocional típico de Porsche com o máximo de qualidade possível", observou Oliver Blume, membro do Conselho Executivo - Produção e Logística da Porsche AG, destacando a importância da ferramentaria na manufatura de veículos.

Em sua opinião, os funcionários da nova subsidiária se distinguem pelo alto nível de expertise em todo o processo de fabricação de ferramentas. "Iremos nos beneficiar especialmente dessa expertise no desenvolvimento de peças complexas em alumínio, que são de grande importância para o nosso lightweight design".

Comunicado divulgado pela Porsche lembra ainda que a Kuka "tem uma tradição que remonta há mais de 100 anos, com elevado nível de expertise nas áreas de métodos e planejamento, projetos de engenharia, ferramentaria e soluções em ferramentas de conformação e de corte para o setor automotivo".

"Estamos confiando nossos funcionários da Unidade de Negócios de Tools and Dies a mãos responsáveis", afirmou Till Reuter, CEO da Kuka AG. "Estamos convencidos de que a unidade continuará sendo bem-sucedida e que irá se beneficiar com a integração à equipe da Porsche".

Com a venda dessa divisão, assim como a da HLS Engineering, também concretizada na semana passada, a Kuka Systems pretende concentrar-se em seu core business: soluções de automação baseadas em robótica.

Metalúrgicos paralisam produção na Mitsubishi

02/07/2015 - Fonte: Automotive Business



Trabalhadores fizeram passeata pela cidade reivindicando seus empregos de volta

Os trabalhadores da Mitsubishi realizaram uma paralisação na quarta-feira, 1º, em protesto contra as demissões feitas na fábrica de Catalão (GO).

A manifestação ocorreu em razão de cerca de 200 cortes feitos na unidade. Desse total, 29 teriam aderido ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) aberto na semana anterior.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Catalão (Simecat), os trabalhadores se queixam de "cortes arbitrários e sem critério", como a demissão de um casal.

Ainda de acordo com o sindicato, a Mitsubishi alega a necessidade de fechamento de 400 postos de trabalho em decorrência da queda nas vendas de veículos.

O sindicato teria apresentado alternativas como dayoff, layoff, férias coletivas e diminuição de jornada com redução de salário, todas recusadas pela fabricante.

Procurada, a Mitsubishi reconheceu a ocorrência da paralisação pela manhã e informa que parte dos trabalhadores voltou à fábrica à tarde. O sindicato confirma o fato de não ter impedido que ninguém voltasse ao trabalho.

Na manhã da quinta-feira o Simecat realiza assembleia com os metalúrgicos para levar propostas obtidas a partir de uma reunião ocorrida na tarde do dia 1º entre o procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT), a Mitsubishi e os líderes sindicais.

O resultado dessa assembleia pode pôr fim à paralisação ou dar início a uma greve. A Mitsubishi tem cerca de 3 mil funcionários em Catalão.

Crise se agrava no setor mineiro de fundição

02/07/2015 - Fonte: Diário Comércio

Depois de demitir cerca de 5 mil funcionários do ano passado até agora, a indústria mineira de fundição está reduzindo a jornada de trabalho na tentativa de manter os empregos. Com isso, algumas empresas operam apenas de segunda-feira a quinta-feira, mas outras não resistiram e fecharam as portas.

"A tendência é piorar. Estamos, através da Fiemg (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), tentando fazer os empresários manter os negócios, mas está difícil. A situação é grave e de descrédito em uma melhora ainda neste ano", afirmou o presidente do Sindicato da Indústria da Fundição no Estado de Minas Gerais (Sifumg), Afonso Gonzaga.

Ele lamentou que, além dos encargos trabalhistas, o custo para recontratar e capacitar trabalhadores em caso de uma recuperação da atividade e da própria economia é muito alto por se tratar de pessoas com elevado nível de qualificação.

Além disso, Gonzaga lembrou que o setor convive com um aumento na casa dos 40% nas contas de energia elétrica, o que prejudicou ainda mais a competitividade das empresas nos mercados interno e externo.

"Três empresas de Cláudio (Centro-Oeste) fecharam as portas e várias outras na região estão reduzindo a carga horária e operando só de segunda a quinta-feira, por exemplo, para tentar remediar o problema. Mas isso não é a solução e o quadro pode piorar", disse o representante do setor.

O presidente do Sifumg lembrou que, pelas "mãos" da Fiemg, foi entregue um documento, com uma série de reivindicações do setor e do parque industrial mineiro como um todo, ao ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro. Entre outros assuntos, a indústria de fundição pede o aumento da fiscalização na entrada de produtos fundidos importados no País.

Conforme Gonzaga, muitas mercadorias que usam peças fundidas, como motores, conjuntos de freios e embreagens, entram no mercado doméstico sem ser consideradas fundidos por uma questão de nomenclatura e acabam prejudicando a produção estadual e nacional. Só no ano passado desembarcaram 1,6 milhão de toneladas de fundidos no Brasil.

Se este volume fosse dividido entre os quatro principais polos produtores do País → São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul e Santa Catarina →, a produção estadual poderia ter sido de aproximadamente o dobro. No entanto, o parque de fundição mineiro está operando com não mais do que metade da capacidade instalada.

Exportações

Outra reivindicação presente no documento entregue ao ministro tem a ver com a desburocratização relativa à exportação de material fundido, o que, no momento atual, com dólar valorizado, poderia significar um alento para o segmento. Até o momento, o ministro não se posicionou sobre as pautas do parque de fundição.

No ano passado, a produção mineira de fundidos atingiu 697 mil toneladas, volume 40% abaixo da registrada em 2013 e equivalente à de 2009, quando o setor atingiu o pior nível dos últimos 20 anos, em decorrência da crise financeira que começou em setembro de 2008. Um dos motivos que levou o setor a chegar a este ponto → e que ajuda a impor perspectivas pessimistas para as fundições do Estado → é o momento difícil pelo qual

passa a indústria automotiva nacional, que responde por pelo menos 60% do consumo de fundidos no País e em Minas.

Desde o ano passado, frente às sucessivas quedas nas vendas e com nível de estoque elevado nos pátios, as montadoras instaladas no Estado anunciaram férias coletivas, lay-off (suspensão de contratos de trabalho) e programas de demissão voluntária, o que provocou a redução da produção de 2014. Esses tipos de movimentos se agravaram ainda mais neste ano.

Além disso, outro setor importante para a indústria de fundição, o agronegócio, reduziu consideravelmente o ritmo de encomendas e a área de saneamento básico está praticamente parada. "O corte anunciado no Ministério das Cidades certamente impacta nos investimentos públicos em saneamento, especialmente os ligados ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento)", pontuou.

Capital Economics diz que se prepara para queda abaixo de US\$40 no minério de ferro

02/07/2015 - Fonte: InfoMoney

O minério de ferro pode desabar para a faixa dos US\$30 por tonelada métrica no segundo semestre conforme o fornecimento crescente de baixo custo inunda o mercado, expandindo um excesso, de acordo com a Capital Economics Ltd.

O superávit se tornará mais evidente nos próximos seis meses, disse Caroline Bain, economista sênior de commodities em Londres, em uma entrevista. Volumes mais altos na Austrália e no Brasil irão estimular a queda renovada mesmo que um estímulo nos gastos chineses impulse a demanda or aço, disse Bain, prevendo que o material bruto termine o ano em US\$45.

O minério deve ter o primeiro aumento trimestral desde 2013 na terça-feira, mas a perspectiva da Capital Economics se soma às perspectivas por companhias como Goldman Sachs e Citigroup de que o avanço não vai durar.

Preços se recuperaram de baixa de uma década no início de abril. A China, que produz metade do aço do mundo, cortou taxas de juros para uma baixa recorde no final de semana para apoiar o crescimento e contrariar uma queda no mercado de ações.

"Haverá um movimento acentuado de queda no segundo semestre, quando as pessoas perceberem que a escassez aparente que eles viram no segundo trimestre era temporária", disse Bain na sexta-feira.

"Haverá uma retomada do sentimento do investidor indo contra o minério de ferro. A commodity poderia certamente ir abaixo de US\$40".

O minério com conteúdo de 62% negociado em Qingdao, que chegou a US\$47,8 por tonelada seca no dia 2 de abril na baixa, estava a US\$62,01 na sexta-feira, de acordo com o Metall Bulletin Ltd.

Enquanto os preços tiveram rali de 21% nesse trimestre, eles permanecem 13% mais baixos nesse ano. O último ganho trimestral ocorreu nos últimos três meses de 2013, quando os preços subiram 2,5% antes do colapso em 2014.

Minas de alto custo

O rali desse trimestre será temporário com o final de perturbações em entregas, de acordo com Bain.

Algumas minas de custos mais altos, que suspenderam a produção quando os preços desabaram antes de abril, usaram a oportunidade para diminuir as operações, ela disse, citando o exemplo da maior fornecedora da Austrália, a Atlas Iron Ltd.

"O preço do minério de ferro será volátil", disse o diretor administrativo da Atlas David Flanagan, prevendo oscilações de até US\$15.

"Estamos trancando os preços com três a seis meses de antecedência. Então se os preços caírem US\$40, estaremos protegidos".

O fornecimento global superará a demanda em 92 milhões de toneladas nesse ano e 78 milhões de toneladas no ano que vem, de acordo com Bain. A queda nos preços no segundo semestre incitará fechamentos adicionais de minas menos competitivas, inclusive na China, ela disse.

Má notícia para Vale: minério desaba 6% com declarações do CEO da Rio Tinto

02/07/2015 - Fonte: InfoMoney



Em declarações na véspera, o executivo da mineradora, Sam Walsh, preferiu ignorar previsões mais pessimistas, dizendo que terá um "final feliz" para o produto e manterá sua produção elevada

O minério de ferro desabou 6% nesta quinta-feira (2) em meio a novas declarações sobre a commodity. Depois da Austrália cortar em 10% sua previsão para minério nesta semana, o CEO (Chief Executive Officer) da Rio Tinto, Sam Walsh, preferiu ignorar previsões mais pessimistas, dizendo que terá um "final feliz" para o produto e que manterá sua produção elevada.

Nesta sessão, a commodity negociada no porto de Qingdao, na China, recuou 6,03%, indo de US\$ 59,20 a tonelada para US\$ 55,63 a tonelada. Além das declarações de Walsh, pesa também resultado do PMI da Indústria de Aço da China que caiu de 42,4 para 37,4 em junho.

Em meio à derrocada do preço do minério, os ADRs (American Depositary Receipts) da Vale, negociados na Bolsa de Nova York, recuavam 1,04% às 09h29 (horário de Brasília), a US\$ 5,70 - indicando uma abertura negativa das ações na Bovespa.

"Ciclos da indústria pode ter apanhado alguns despreparados e outros à procura de respostas", disse o CEO da segunda maior mineradora do mundo, em discurso em Londres ontem à noite. Enquanto pequenos produtores podem quebrar, Walsh disse que é importante a Rio Tinto ver sua expansão de 10 anos se concretizar

Os preços da commodity afundaram para baixo de US\$ 50 a tonelada neste ano após ter atingido US\$ 190 a tonelada em 2011, uma valorização que levou as mineradoras ao redor do globo a um frenesi para produzir mais.

Nos últimos anos, como o "boom" imobiliário e da construção na China fracassou, a demanda por minério de ferro caiu enquanto a produção seguiu em alta. A Rio Tinto produziu 324 milhões de toneladas de minério de ferro em 2014, acima dos 209 milhões de toneladas em 2013 e 199 milhões de toneladas em 2012.

Na segunda-feira desta semana (29), a Austrália reduziu em 10% suas expectativas para os preços do minério de ferro, citando o mercado fraco de aço na China, enquanto prevê uma queda de 11% na receita com exportação de recursos no atual ano fiscal.

O governo afirmou nesta terça-feira prever agora que o preço médio do minério de ferro fique em US\$ 54,40 a tonelada em 2015, abaixo da projeção anterior de US\$ 60,40 a tonelada. A projeção para o próximo ano foi reduzida de US\$ 56,80 para US\$ 52,10 a tonelada.

Importações chinesas de carvão caem 68% em maio. Preços podem fechar a maioria das minas

02/07/2015 - Fonte: INDA

Os mineradores de carvão australianos não poderiam ter notícia pior.

As importações de carvão coqueificável da China caíram 68% em maio, em relação a 2014, atingindo o nível mais baixo desde março de 2009.

O total importado, 1,88 milhões de toneladas, foi quase 50% menor do que o de abril de 2015.

A gigantesca queda na importação mostra a fraqueza do setor do aço chinês, o protecionismo às minas de carvão locais e os problemas no frete que ocorreram em abril. Os principais exportadores de carvão para a China, os australianos, estão em crise.

Em meio ao fechamento de minas e projetos os australianos veem o seu maior projeto de carvão o Carmichael ser paralisado em meio a debates políticos e ambientalistas.

As contratantes paralisaram os serviços de ferrovia, mina e porto por falta de financiamentos.

A mina de Carmichael, com um Capex de US\$22 bilhões, deveria empregar 10.000 pessoas, pode estar ameaçada não só pelos ambientalistas mas, também, pela gigantesca queda nas importações chinesas.

O que assusta os australianos é que o preço do carvão praticado hoje já é igual ao preço do break-even de Carmichael. Ou seja: nos preços atuais Carmichael não terá lucros. É o desastre!

Pensando no pior uma comitiva australiana está na Alemanha negociando a exportação de mais carvão para os alemães e europeus, cujas reservas estão rapidamente se exaurindo após os problemas com a Rússia.